PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA CNI, ROBSON BRAGA DE ANDRADE, NA 21ª REUNIÃO CONJUNTA DO COMITÊ DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-JAPÃO, EM TÓQUIO. 23.7.2018.

Senhoras e Senhores,

Em nome da Confederação Nacional da Indústria (CNI), agradeço a ilustre presença de autoridades, líderes empresariais e convidados que prestigiam esta Reunião Conjunta do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão.

A participação, em Tóquio, de presidentes de Federações das Indústrias, de empresários brasileiros e de representantes de governo demonstra a importância dessa parceria e a relevância que a indústria brasileira confere ao relacionamento com o Japão.

Esta é a nossa 21ª Reunião Conjunta, o que mostra o compromisso da CNI e do Keidanren em promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e o Japão.

Desde a década de 1970, a CNI confia no potencial desse mecanismo empresarial, que se soma ao *Wisemen Group*, para alavancar ações que aproximem nossos países e estimulem os governos a implementá-las.

(Versão 7, 17.7.2018, 13h)

No Brasil, a indústria é o principal motor do crescimento. Levando em conta seu efeito multiplicador, a cada real produzido pelo setor industrial, são gerados R\$ 2,32 para a economia brasileira como um todo. Só para se ter uma ideia, a agricultura gera R\$ 1,67; e o segmento de serviços, R\$ 1,51 por real produzido.

Embora represente 21% do PIB, a indústria brasileira responde por 51% das exportações brasileiras e por 68% dos investimentos privados em pesquisa e em desenvolvimento. Ao todo, o setor industrial gera, atualmente, 10 milhões de empregos no país.

A preponderância da indústria vai muito além desses números. Ela exerce um papel estratégico para a dinamização de todo o setor produtivo e tem buscado se adaptar às transformações decorrentes da inovação, que são orientadas, cada vez mais, pela necessidade de inserção nas cadeias globais de valor.

Nesse cenário, o fortalecimento das relações econômicas entre o Brasil e o Japão tem sido um objetivo primordial da agenda internacional da CNI.

Senhoras e Senhores,

O momento em que se realiza este encontro é estratégico para se investir no Brasil.

O país enfrentou uma transição difícil durante a turbulência política e econômica de 2014, 2015 e 2016. A partir de 2017, começamos a sair da crise e, agora em 2018, já temos um ambiente de mais estabilidade.

O Brasil é a maior economia da América Latina e tem um mercado interno dinâmico, com enorme potencial de expansão.

O país tem vantagens competitivas naturais – o agronegócio, por exemplo, é dos mais eficientes do mundo – e há, também, pontos fortes a desenvolver na indústria e em serviços modernos.

Com melhoria da educação, da capacitação e da inovação, será possível elevar a competitividade, a produtividade e o crescimento econômico.

O Brasil vem passando, também, por transformações em sua base institucional, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e de regulação, sob a égide dos princípios do livre mercado e da livre-iniciativa. Tudo isso ocorre em pleno vigor das instituições democráticas. Esse é outro dos nossos maiores ativos.

O país superou uma grande recessão e voltou a crescer, inicialmente de forma moderada. Mas, com as reformas em curso e o aperfeiçoamento institucional e dos mercados, a economia voltará a mostrar taxas de expansão mais robustas.

No âmbito político, estamos às vésperas das eleições de 2018, ocasião em que os brasileiros escolherão o presidente da República, os governadores estaduais e os membros do Congresso Nacional.

Com o novo governo, após as eleições de outubro, esperamos ter um cenário mais promissor e de maior previsibilidade.

Esse ambiente, certamente, atrairá os investimentos privados, domésticos e externos, que propiciarão o crescimento num ritmo mais expressivo a partir de 2019. Quem não investir no Brasil agora perderá grandes oportunidades.

Temos outro grande desafio: consolidar o ajuste fiscal de longo prazo, que dará sustentabilidade ao crescimento. O ambiente macroeconômico – com inflação reduzida e previsibilidade – permite o planejamento das empresas e das famílias, contribuindo para a confiança dos empresários e da população.

Esse é um desafio perfeitamente viável de ser enfrentado. O *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, documento preparado pela CNI, e o conjunto de 43 propostas setoriais apresentado, recentemente, aos candidatos à Presidência da República mostram os caminhos para o avanço da nação nas mais diversas áreas.

Trata-se de medidas capazes de melhorar a competitividade da nossa economia e pavimentar o caminho rumo ao pleno desenvolvimento sustentado do Brasil.

Senhoras e Senhores,

Durante esta reunião, serão abordadas algumas prioridades da agenda estratégica da CNI e do Programa de Trabalho do Comitê Econômico Brasil-Japão.

Sem me antecipar aos assuntos reservados aos painéis deste encontro, permitam-me breves reflexões sobre algumas questões. Primeiramente, refiro-me ao lançamento da negociação de um acordo comercial entre o Mercosul e o Japão.

Nos últimos anos, a CNI tem defendido o aumento da rede brasileira de acordos de comércio. O Brasil deu passos importantes nessa direção, com a intensificação das conversas entre o Mercosul e a União Europeia.

O país tem aprofundado as tratativas com os seus vizinhos da América do Sul. Além disso, lançou negociações sobre livre comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês), e entre o Mercosul e o Canadá. Também negocia um acordo com a Coreia do Sul.

O tema assumiu, assim, um papel preponderante na agenda estratégica e permanente para a modernização e o aumento da competitividade da nossa indústria.

O comércio exterior é crucial para estimular o crescimento em períodos de normalidade da economia e se reveste de uma importância ainda maior em tempos de crise.

Em 2015, a CNI e o Keidanren publicaram um roteiro para o alcance do Acordo de Parceria Econômica na Sessão Plenária do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, realizada em Porto Alegre.

Desde então, houve avanços. O Mercosul retomou uma agenda mais ambiciosa e, por sua parte, o Japão concluiu o acordo comercial com a União Europeia, e o Acordo Abrangente e Progressivo de Parceria Transpacífica.

Diante desse novo cenário, faz-se ainda mais necessário um salto nas relações entre o Mercosul e o Japão.

É com essa intenção que a CNI e o Keidanren apresentarão, neste encontro, um segundo relatório conjunto aos governos dos países do Mercosul e do Japão, aprofundando os pontos do primeiro relatório.

A negociação de um acordo de livre comércio é uma demanda comum dos setores privados brasileiros e japoneses. Essa será a iniciativa mais relevante para melhorar o acesso aos mercados, com redução de tarifas e de barreiras não tarifárias.

Os interesses das empresas brasileiras são variados: aumento das exportações de bens e serviços; redução do custo de importação de insumos; e compartilhamento de etapas de produção com empresas do Japão, ampliando nossa participação nas cadeias de valor; bem como a realização de investimentos no Japão.

Entre as prioridades do Comitê Econômico Brasil-Japão, além do acordo de livre comércio, ressalto outras duas iniciativas de fundamental importância para que possamos concretizar todo o potencial da relação bilateral: a Revisão do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e a Permanência do Acordo para Compartilhamento de Exame de Patentes.

A questão da propriedade intelectual é a base para a agenda de inovação, e para setores intensivos em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento.

Recentemente, a CNI concluiu o *Projeto Indústria 2027*, que faz um amplo diagnóstico das tendências, competências e oportunidades para o Brasil na agenda do século 21.

Nesse estudo, traçamos metas ambiciosas, como identificar os impactos de tecnologias disruptivas no horizonte de cinco a dez anos; avaliar a capacidade do nosso sistema empresarial de enfrentar riscos e aproveitar oportunidades vindas dessas inovações; e prover insumos para o planejamento estratégico das empresas, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas.

Além disso, as instituições do Sistema Indústria (CNI, SESI, SENAI e IEL) estão se preparando para a quarta revolução industrial.

Criamos uma rede nacional de 25 Institutos SENAI de Inovação, 58 Institutos SENAI de Tecnologia e 8 Centros de Inovação do SESI em todo o país. Os investimentos somam R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão com o apoio do BNDES.

Os 21 Institutos SENAI de Inovação já em operação contam, hoje, com um portfólio de 497 projetos em carteira e com 543 pesquisadores, 39% deles com mestrado ou doutorado.

No setor de infraestrutura, há grandes oportunidades de investimento no Brasil, já que os recursos destinados atualmente são insuficientes. Representam, em média, apenas 2% do PIB por ano, mas deveriam alcançar ao menos 5%.

Nesse sentido, o processo de privatização e de concessões se impõe como um importante instrumento, com destaque para os setores ferroviário, de mobilidade urbana e de energia elétrica.

Senhoras e Senhores,

O Comitê Econômico Brasil-Japão possui uma agenda ambiciosa para este ano. Esperamos que, com os esforços de todos aqui presentes, e com o apoio da CNI, do Keidanren e dos governos brasileiro e japonês, possamos continuar a construir uma produtiva relação bilateral.

É nossa intenção que a parceria entre os dois países produza resultados substanciais para o crescimento e a competitividade que buscamos atingir.

Certamente, os painéis que teremos nestes dois dias contribuirão para alcançarmos os nossos propósitos. A CNI, como sempre, continuará a priorizar e a impulsionar a agenda Brasil-Japão.

Muito obrigado.